



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

PROJETO SEMENTE: CENTRO COMUNITÁRIO DO QUILOMBO RIO DOS MACACOS - BA

**Experiência de Assistência Técnica em Arquitetura e Urbanismo desenvolvido
na Residência Profissional AU+E**

LUANA FIGUEIRÊDO DE CARVALHO OLIVEIRA¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo relatar a experiência desenvolvida durante a Residência Profissional em Assistência Técnica e Direito a Cidade, em Arquitetura Urbanismo e Engenharia (AU+E) do Programa de Pós Graduação da Faculdade de Arquitetura Universidade Federal da Bahia junto à Comunidade Quilombola de Rio dos Macacos nos anos de 2013 e 2014. O trabalho inicialmente foi desenvolvido por uma equipe multidisciplinar, utilizando como ferramenta teórico metodológica o Etnomapeamento da área demarcada afim de compreender a realidade e diagnosticar as demandas da comunidade, fortalecendo sua identidade territorial. No processo de conclusão do curso foi realizada a Assistência Técnica em Arquitetura e Urbanismo com o desenvolvimento participativo do Centro Comunitário - Projeto Semente, doado para a comunidade do Quilombo de Rio dos Macacos. O desenvolvimento do projeto arquitetônico de um centro comunitário para uma comunidade tradicional quilombola se caracteriza como um projeto de cunho social e político, dotado de significados e valores étnicos e culturais. A assistência técnica participativa visa alcançar essa relação de troca, compreensão e retorno efetivo do profissional de arquitetura para a comunidade. O Projeto Semente, para além da materialidade da arquitetura busca ser um símbolo de luta, autoafirmação, permanência e conquista do território quilombola.

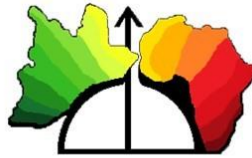
Palavras-chave: Quilombo Rio dos Macacos; Etnocartografia; Centro Comunitário; Arquitetura e Urbanismo; Comunidade Tradicional

INTRODUÇÃO: HISTÓRICO E CONFLITO

Caracterizada como uma comunidade composta por população de maioria negra e de características rurais², o Quilombo Rio dos Macacos é composto por cerca de 67 famílias descendentes de quilombolas, e que, há mais de um século, ocupam um território integrado atualmente ao município de Simões Filho, parte da Região Metropolitana de Salvador. A localização do quilombo Rio dos Macacos é demarcada pelos seguintes fatores:

¹ Arquiteta, Mestranda em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. E-mail: lfigueiredo.arq@gmail.com.

² Diagnóstico realizado pelo grupo de pesquisa GEOGRAFAR, da Universidade Federal da Bahia.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

(...) ao Norte, as 150 famílias assentadas pelo sindicato dos trabalhadores rurais de Simões Filho; ao Sul, pela BA-528; ao Leste, pela Via Periférica, que cortou parte do Território da Comunidade, onde estavam suas roças; e, ao [Noroeste], a Baía de Aratu, antigo local de pesca e caça. (GEOGRAFAR, 2012, p. 01).



**SOMOS
QUILOMBO
RIO DOS
MACACOS**



MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO QUILOMBO RIO DOS MACACOS EM RELAÇÃO A BAIROS DE SALVADOR

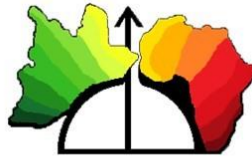
Poligonal do Quilombo Rio dos Macacos. Fonte: INCRA, 2012

Base utilizada: Google Earth®, 2014.

Mapa 1- Mapa de Localização do Quilombo Rio dos Macacos Fonte: Desenvolvido pela equipe RAU+E sobre imagem do google, 2014

Segundo o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) elaborado em 2012 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a história da comunidade no território teve início com a compra do Engenho e da Usina Aratu, em 1783, pelo capitão Manoel de Oliveira Barrozo. Apesar da inexistência de documentos que comprovem a desativação da Usina Aratu, fontes orais da comunidade apontam meados de 1930 como o período de desativação desta.

Foi realizada em meados da década de 1950 uma doação pela Prefeitura Municipal de Salvador da Fazenda Macacos, da desapropriação de parte da Fazenda Aratu e da desapropriação de partes da Fazenda Meireles à Marinha do Brasil, quando essa se torna proprietária da área de concentração quilombola.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

A ocupação mais efetiva foi no ano de 1971, com o início da construção da Vila Naval da Barragem. Nesse processo se destaca a expulsão dos moradores de onde hoje se localiza a Vila Naval da Barragem (coração do território).

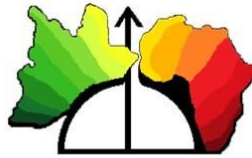
Ao retomar os fatos históricos, a Comunidade enfatiza a destruição dos três terreiros de santo na atual área ocupada pela Vila da Marinha, onde também estava localizada a casa grande da antiga fazenda, evidenciando a importância desse espaço, onde hoje é a Vila da Marinha, enquanto um ponto central de convivência e reprodução cultural e de vida. (GEOGRAFAR, 2012, p. 09).

O antigo território tradicional vai além da área delimitada pelo INCRA. A comunidade quilombola possuía hábitos de caça e pesca na região adjacente, onde hoje se encontra a BA528 e da Via Periférica.

Os locais mais freqüentados pelos pescadores eram: a área onde hoje é o porto de Aratú, ali se pescava de rede; na lagoa da Velha Salú, na mata de Aratú, onde era também o lugar de muita caça e pesca, na área onde hoje é a Ilha de São João dos Martins; e nos Oitis era a área onde se mariscava, e na mata dos Oitis, antes de ser a reserva, a Comunidade caçava. (...) As outras áreas de pesca eram também, em Plataforma, no Lobato, em Mapele e no INEMA. Sendo que no INEMA, a Marinha os persegue, tem muitos mariscos mortos e o cheiro é muito forte, o que se torna um local inapropriado a pesca. (GEOGRAFAR, 2012, p. 06-07).

A área onde está localizado o quilombo é legalmente tombada pela União Federal, administrada pela Marinha do Brasil. Em 2009, a Marinha através de ações reivindicatórias requisitou a desocupação dos quilombolas da área militar situada no entorno da Base Naval e da Vila Militar de Aratu.

A partir desse processo, a comunidade se organizou em torno do aparato político estatal para lutar e garantir os seus direitos de permanência no seu território. Em 2011, obtiveram a certificação de auto reconhecimento quilombola, Certidão de Comunidade Remanescente de Quilombo - CRQ, emitida pela Fundação Cultural Palmares - FCP.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

Sob pressão de diversas manifestações e visibilidade nacional, em 2012 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, elaborou o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID, caracterizando que “Rio dos Macacos é um quilombo, tendo hoje 67 famílias reconhecidas enquanto remanescentes quilombolas, hereditários de ex-escravos que ali se concentraram há quase cem anos, em antigas fazendas e usinas de açúcar” (INCRA, 2012). O processo histórico pode ser entendido na cronologia abaixo:

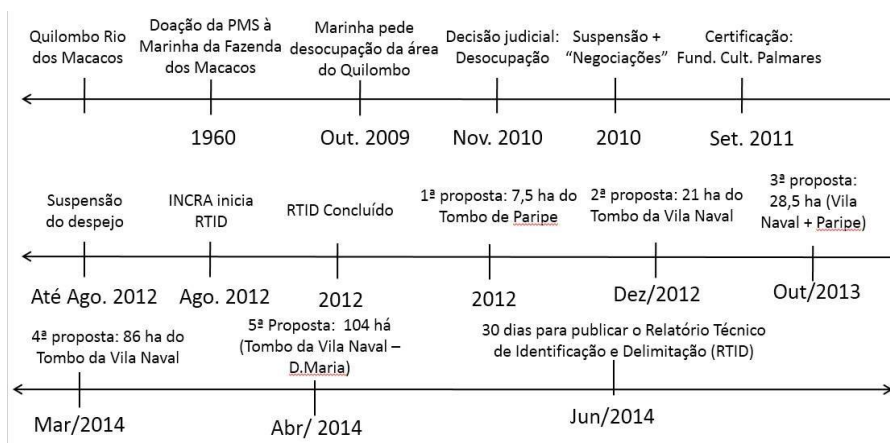
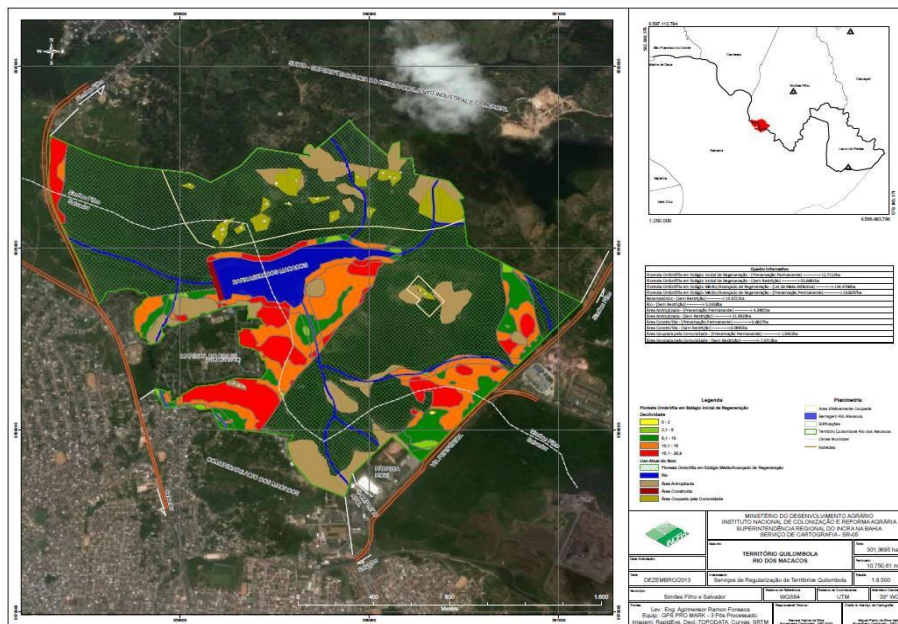
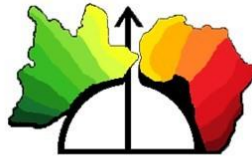


Figura 1 – Cronologia do Quilombo Rio dos Macacos. Elaboração: CORDEIRO, Paula Regina de O; FIGUEIREDO, Luana, 2013.

O RTID foi apresentado à comunidade em agosto de 2012 e delimitou o território quilombola em 301 hectares (Mapa 2 - Delimitação do INCRA).





SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

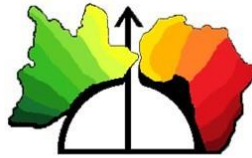
Mapa 2 – Delimitação proposta pelo INCRA-2012 Fonte: INCRA, 2012.

Apesar de elaborado o RTID, o INCRA não deu prosseguimento ao processo de regularização fundiária, não publicando o documento. Nesse momento acontecem diversas audiências para negociação entre a Marinha do Brasil, a Secretaria Geral da Presidência da República, a Secretaria de Políticas para Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), o Quilombo Rio dos Macacos e suas assessorias (AATR, CPP, CDCN, Quilombo X e outras), contando com a mediação do Ministério Público Federal e da subprocuradora-geral da República, Deborah Duprat, coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão.

Foram apresentadas diversas propostas do Governo Federal para a comunidade: a primeira de 7,5 hectares fora do território quilombola, em dezembro de 2012; a segunda de 21 hectares para titulação da comunidade em outubro de 2013; a terceira proposta de 28,5 hectares. Em março de 2014, o Governo Federal apresentou a quarta proposta, oferecendo 86 hectares. Nesse momento com o apoio de assistência técnica, jurídica e política, a Associação de Moradores do Quilombo Rio dos Macacos recusa a proposta de 86 hectares – incompatível com os seus modos de fazer e viver – e apresenta a Contraproposta territorial resultado da Assistência Técnica Multidisciplinar, que será detalhada na próxima sessão do artigo.

A Contraproposta apresentada pela Comunidade tinha como princípio o compartilhamento da barragem, a preservação dos sítios sagrados (Gameleiras e locais de arrego de oferenda) e a consolidação de área de produção agrícola e agroflorestal. Dos 301 hectares descritos no RTID, a área negociada seria onde já está consolidada a Vila Naval, com uma margem de segurança e separação do quilombo, restando 273 hectares para a continuidade dos meios de vida quilombola.

O elemento principal de divergência das propostas do Governo é a negação dos cursos hídricos, pois o único curso hídrico restante na proposta apresentada para a comunidade é intermitente e insuficiente para manutenção dos hábitos e modo de vida

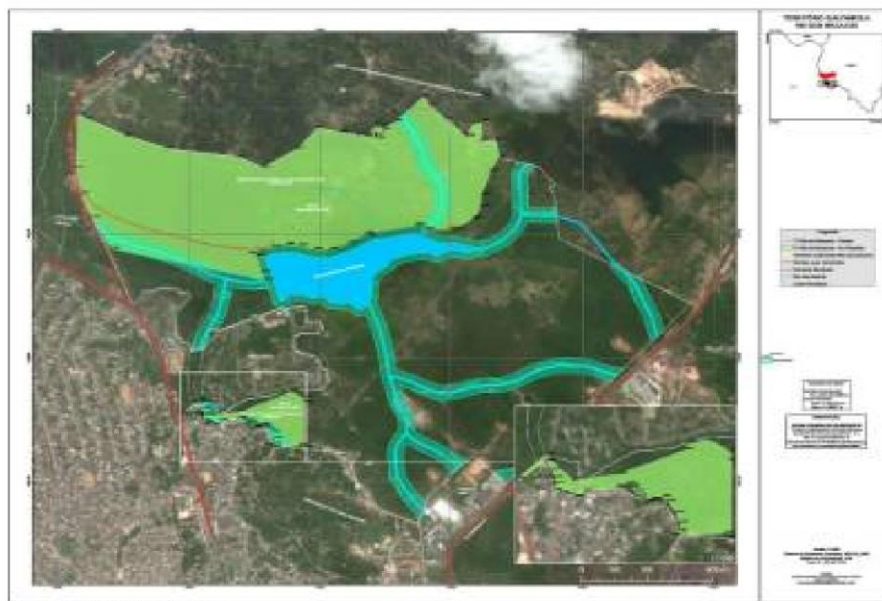


SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

de uma comunidade quilombola e pesqueira. Outro elemento negativo foi o impedimento do acesso à barragem para uso da comunidade, além da desarticulação com a parte sul do território.

O governo Federal apresenta a quinta (e última) proposta à comunidade. O diferencial da proposta apresentada anteriormente é, além dos 86 hectares ao norte da barragem, a inclusão de 6 hectares ao sul da Vila Naval, com mais 12 hectares do terreno da SUDIC (ao norte da barragem), totalizando uma área de 104 hectares (mapa 3).

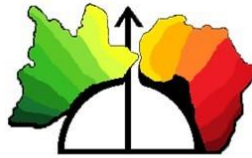


Fonte: INCRA, 2014.

Mapa 3 - Proposta dos 104 hectares Fonte: INCRA, 2014

A publicação do RTID da Comunidade Quilombola de Rio dos Macacos no Diário Oficial da União, só acontece em agosto de 2014, onde contraditoriamente define apenas 104 hectares³ do total de 301 que haviam sido identificados em 2012, o que

³ Foi publicada no Diário Oficial da União, no dia 18 de Novembro de 2015, a Portaria 623, que declara “como terras da comunidade remanescente de Rio dos Macacos, em Simões Filho (Grande Salvador), uma área de 301 hectares, dos quais somente 104 hectares foram destinadas para titulação de posse.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

mesmo representando um avanço para a comunidade pois garante a sua permanência no local, exclui as fontes de água.

Os quilombolas afirmam a inviabilidade de residência e do desenvolvimento familiar em 104 ha; esse valor contraria, inclusive, o tamanho do módulo fiscal indicado por família. Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) o módulo fiscal em Simões Filho é de 7 ha. Não se trata apenas da questão quantitativa do território, mas também das questões culturais e identitárias, a existência de “um Quilombo só” e que sua reprodução econômica depende dos elementos naturais existentes.

A Constituição Federal de 1988 afirma em seu art.68: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.”. Apesar disso a regularização das comunidades quilombolas continua enfrentando o racismo institucional, manifestado tanto no sucateamento dos órgãos públicos do Estado, quanto na ideia de que a questão quilombola refere-se apenas ao “acesso a terra”. De acordo com Cordeiro (2014) Os números sintetizam a realidade racista:

Segundo a Fundação Cultural Palmares, órgão responsável pela emissão de certidão de autoidentificação de comunidades quilombolas no País, foram emitidas até 2013, cerca de 1.318 certificados em todo o Brasil. Na Bahia foram 496 comunidades certificadas, num universo de 801 identificadas pelo Projeto GeografAR. Dados do movimento negro organizado indicam a existência de mais de 5.000 comunidades quilombolas em todo o Brasil. (RODRIGUES, 2013, apud. CORDEIRO p. 09).

Apesar de avanços institucionais significativos: criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), da Secretaria de Promoção da Igualdade do Estado da Bahia (SEPROMI) e de núcleos quilombolas estaduais. Esses esforços e avanços institucionais – principalmente pós-decreto 6.040/2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais –



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

estão indicados no I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, que “tem como objetivo primordial a salvaguarda a tradição africana preservada no Brasil” (SEPPPIR, 2013, pg.12). Para nós esse plano se configura como a coroação institucional do movimento negro organizado no sentido de garantir políticas públicas de reparação à população afrodescendente (SOUZA, CORDEIRO, OLIVEIRA, 2014).

Em seu trabalho de desenvolvimento das diretrizes produtivas, Cordeiro (2014) reforça a relação indissociável das atividades produtivas da comunidade com a água, base primordial do modo de vida quilombola. Recordando a e permanência da pescaria, tanto no rio quanto no mar, a geografa relata que a pescaria nos rios do Barroso e dos Macacos é lembrada com muita alegria pelos mais velhos, quando a pescaria era acompanhada pelo espírito familiar e comunitário. No mesmo rio as mulheres lavavam roupas para fora, pegavam água para cozinhar os alimentos e para uso geral da casa. A água utilizada para a rega das plantações era também das fontes, rios e charcos das proximidades. (CORDEIRO, 2014, p.18)

O mapeamento territorial desenvolvido pela Assistência Técnica Multidisciplinar permite-nos afirmar que a água tem diversos usos no território, relacionados com a soberania alimentar, a geração de renda e lazer desta comunidade. Sem água, portanto, não há sustentabilidade para que a vida e a tradição quilombola da pesca artesanal e de pequena escala sejam mantidas.

É necessário encararmos que “O território delimitado compreende a áreas onde a comunidade vive e a área necessária para a garantia mínima de sua sustentabilidade econômica, ambiental, social e cultural.” (INCRA, 2014, p. 414). A redução proposta pelo INCRA fere a soberania alimentar e produtiva dessa comunidade, deixando-a vulnerável frente a expansão urbana própria do capitalismo brasileiro. Fere também os princípios que nortearam toda a política quilombola brasileira.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

ASSISTÊNCIA TÉCNICA MULTIDISCIPLINAR E ETNOCARTOGRAFIA

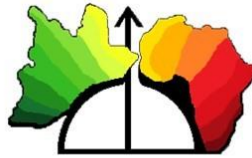
Iniciada em 2013, na Universidade Federal da Bahia, por meio do Programa de PósGraduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU-UFBA) a Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (AU+E), está pautada na Lei Federal nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008, que assegura às famílias de baixa renda, de áreas urbanas ou rurais, assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia⁴.

A aproximação da equipe com a comunidade acontece exatamente no momento em que se delineia uma disputa “cartográfica” entre o Estado e os quilombolas em relação à luta pelo quantitativo de terras que seriam destinadas ao quilombo. A equipe participa do processo de audiências públicas realizadas entre fevereiro a agosto de 2014 juntamente com a Associação dos advogados dos trabalhadores rurais (AATR), a comissão pastoral da pesca (CPP) e a Secretaria de promoção da Igualdade Social (SEPROMI).

O desenvolvimento das atividades coletivas se organiza como o que se poderia chamar de assessoria técnica⁵, onde foram desenvolvidas peças gráficas para auxiliar no processo de Contraproposta da comunidade às propostas da Presidência da República, iniciando o processo metodológico de aproximação com base na pedagogia de Paulo Freire de troca de conhecimentos, apresentando conhecimentos de cartografia e mapas a essa comunidade. De acordo com Freire (2010) “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si,

⁴ Experiência pioneira no âmbito da pós graduação e capacitação de profissionais em equipes multidisciplinares de Arquitetura, Urbanismo, Engenharia e áreas afins para prestar Assistência Técnica a população de baixa renda em contexto urbano e rural.

⁵ De acordo com BORGES, CERQUEIRA E MARILAINE (2016) assessoria técnica se aplicaria em um contexto continuado de acompanhamento da comunidade, sendo a assistência a efetivação das atividades, em poucas palavras a assessoria seria o meio e a assistência o fim.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

mediatizados pelo mundo”. O fundamento dessa concepção é que o “técnico já não é o que impõe a técnica, mas enquanto desenvolve o trabalho, é educado, em diálogo com os moradores que, ao entrarem em contato com a técnica também educam.” Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos, os técnicos e os moradores.

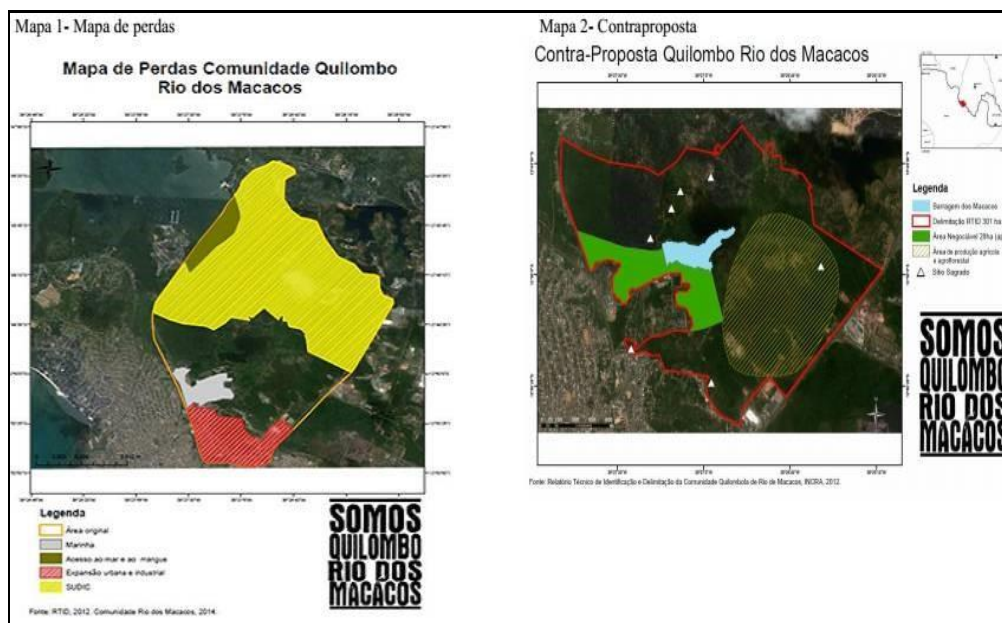
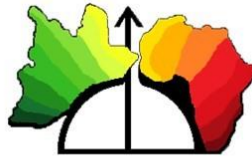


Figura 2 e 3 - Peças Cartográficas desenvolvidas juntamente com a Comunidade e apresentadas na Audiência Pública Fonte: CORDEIRO e FIGUEIREDO, 2014

Com o objetivo de diagnosticar e compreender as dinâmicas reais do território a equipe utilizou o Etnomapeamento como ferramenta teórica e metodológica de captação de dados espaciais desse grupo, identificando no território os pontos relevantes e identitários da comunidade quilombola, tendo como referência o trabalho do geógrafo Rafael Sanzio de Araújo do Anjos sobre cartografia quilombola (ANJOS, 2006).

A terra constitui a base geográfica fundamental da manutenção da comunidade e coletividade. Nesse sentido a territorialidade se apresenta como um esforço coletivo do grupo social para firmar a sua ocupação, manter seu ambiente e definir o território.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

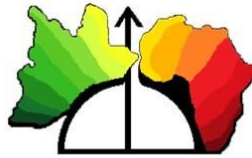
A territorialidade é específica de cada comunidade, das então diferentes formas como ela se relaciona com seu território, sua base física, sua terra. Dentro deste conceito estão agregados sentimentos de apropriação de uma porção do espaço, assim como seu limite, a sua fronteira. Individual ou coletivo a apropriação do espaço pode não possuir limites necessariamente físicos, mas até onde a comunidade possui influência. Outro componente relevante é a gestão e manutenção do território. Este em si é um fato espacial e social, secularmente atrelado a uma dimensão política, permeado de identidade, com referências culturais e simbólicas da população, grupo ou comunidade.

Desta forma o território étnico seria o espaço construído, materializado a partir das referências de identidade e pertencimento ao território com uma origem comum. Esse tipo de estrutura espacial possui historicamente conflitos com o sistema dominante, exigindo dessas estruturas a organização de uma instituição de auto afirmação política, social, econômica e territorial.

Os mapas, principais produtos da cartografia, buscam representações e interpretações gráficas do mundo real, um instrumento para auxiliar na busca de um conhecimento espacial. Lembrando que o mapa não é o território, mas que neles estão as melhores possibilidades de representação e leitura da história do território, revelando o que acontece na dinâmica do espaço.” (ANJOS, 2006)

Com a atual variedade de técnicas e formas de representação digital, torna-se cada vez mais possível representar o espaço e suas configurações sociais, econômicas e, inclusive, históricas. Ou seja, é possível alinhar variáveis sociais, espaciais e temporais em uma mesma representação espacial. “Este fenômeno, de interação entre a cartografia e as novas geotecnologias, tem permitido ao homem ampliar as possibilidades de interpretação do meio ambiente” (ATAIDE,2005).

Por se tratar da identificação e do reconhecimento de territórios quilombolas, o Etnomapeamento figura como uma importante ferramenta teórica e metodológica de captação de dados espaciais desses grupos que possuem, em grande maioria,



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

apenas suas disposições visuais e memoriais sobre o território como forma de representação espacial.

Todavia, apesar de contar-se centralmente com elementos sensitivos, cabe ressaltar que ninguém melhor que a própria população residente é capaz de dizer o que representou, representa e pode representar cada trecho de seu território. Não à toa, Marcos Ataíde, diz que o resultado do Etnomapeamento é um “repositório de conhecimentos que permitem compreender melhor as relações de seus atores com o meio em que vivem”.

A partir das bases identitárias de uma comunidade tradicional quilombola, e sua relação com a terra foi desenvolvido o trabalho de mapeamento com foco nos pontos relevantes do saber e viver dessa comunidade: a) Habitação, b) Lugares Coletivos, c) Lugares de Relevância Religiosa, d) Lugares de Produção, e) Memórias, Construções antigas, etc. A metodologia adotada para a coleta de dados no território foi através de pontos demarcados com o GPS (Global Position System). Ao final das visitas em campo, a sistematização das informações geradas em oficinas e conversas, o geoprocessamento das informações e a reambulação dos pontos levantados com a comunidade nos 301 ha do território geraram 04 mapas sínteses, nos eixos definidos para a continuidade do trabalho:

1. Mapa de Acessos e Caminhos: Limites, caminhos internos e principais acessos;
2. Mapa de Usos: Sagrado, Habitação, Uso coletivo
3. Mapa de Produção: Hidrografia, áreas de roça, apoio a produção (campo), Mata (Unidades de Conservação), acesso ao mar e mangue
4. Mapa de Mananciais Hídricos e Hidrografia (APP e lei da Mata Atlântica)



Figura 4 a 6: Fotos do trabalho de Campo Fonte: Acervo da equipe RAU+E



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

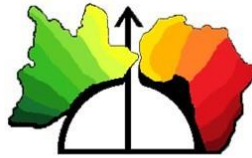
A partir desse diagnóstico coletivo a equipe compreendeu o significado real dos modos de fazer e viver de uma comunidade quilombola. O resultado do trabalho coletivo resultou na geração de um “Relatório Síntese de Diagnóstico do mapeamento Territorial da Comunidade Quilombola de Rio dos Macacos”, anexado aos projetos finais, entregues e arquivados na UFBA, e doados à comunidade, fundamental para a compreensão das dinâmicas espaciais que acontecem hoje no território, contextualizando as informações recebidas (INCRA e Assessorias) com as informações coletadas juntamente com a comunidade.

A comunidade residente do Quilombo Rio dos Macacos atualmente procura se reestabelecer territorialmente, reconquistando pouco a pouco a autonomia do seu território e a produtividade agrícola. Apesar de frequentemente existirem relatos de violências física e moral, a relação dos quilombolas com a Marinha encontra-se aparentemente apaziguada, embora não definida.

Devemos salientar que a equipe levou em consideração os 301 hectares reconhecidos pelo INCRA em 2012, acreditando ser contraditória a publicação do RTID em agosto de 2014, em que foram tituladas apenas 104 há desse território, fragmentando e dividindo a comunidade.

O Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, quando trata sobre o eixo de territorialidade e cultura, traz uma compreensão sobre o território na manutenção da vida tradicional: “Os territórios tradicionais [são] compreendidos como os espaços necessários à reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica são a base da organização social e da identidade cultural dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana. (SEPPIR,2013).

Afirmamos que a coesão territorial é de suma importância para o desenvolvimento pleno do território e do patrimônio cultural africano na Bahia, a destruição do território étnico dessa comunidade significa a sua sentença de morte. O mapeamento territorial permite-nos afirmar que a água tem diversos usos no território, relacionados com a



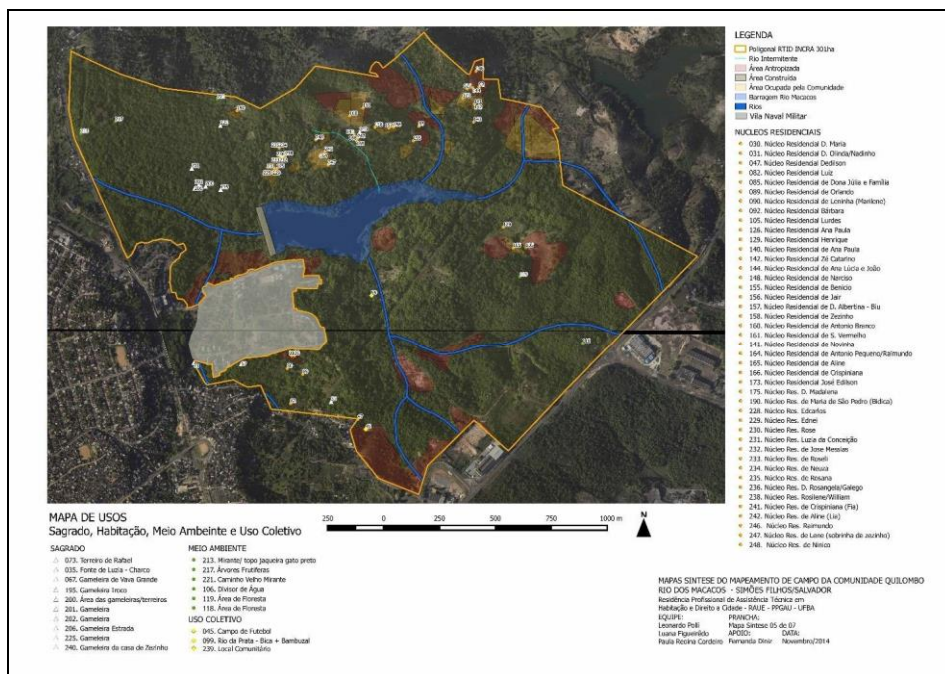
SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

soberania alimentar, a geração de renda e lazer desta comunidade. Sem água, portanto, não há sustentabilidade para que a vida e a tradição quilombola da pesca artesanal e de pequena escala sejam mantida.[...]

Registramos ainda que a comunidade fora privada ao longo da sua trajetória de sobrevivência e consolidação territorial de diversos programas sociais, econômicos e de acesso a sistemas de infraestrutura básica, sendo imperativo o desenvolvimento de uma força tarefa conjunta entre órgãos municipais, estaduais e federais, para inserir toda a população quilombola no processo de desenvolvimento social, respeitando as características étnicas e históricas das comunidades quilombolas.

As relações hoje existentes de produção e ocupação territorial encontram-se adequadas ao meio ambiente, à subsistência e a manutenção do modo de vida da comunidade. (Trecho retirado da conclusão do Relatório de síntese e diagnóstico do mapeamento territorial, UFBA, 2014)



Mapa 5 - Mapa Síntese de Usos da Comunidade Fonte: POLLI & CORDEIRO & FIGUEIREDO, 2014



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

Na conclusão da Residência Profissional, em 2014, foram ainda apresentados os projetos individuais de cada membro da Equipe RAU+E, em sua especialidade, para membros da universidade, do estado e para a comunidade do Quilombo Rio dos Macacos. Em 2016 foi firmado um termo de cooperação técnica entre a UFBA, a Comunidade e os profissionais que desenvolveram os projetos⁶, dando continuidade aos trabalhos e atuações de assessoria que seguem sendo desenvolvidos por afinidade e confiança da comunidade.

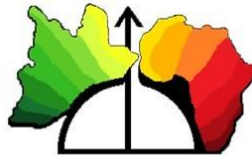
- URB: Diretrizes Territoriais Preliminares do Quilombo Rio dos Macacos
- GEO: Diretrizes Produtivas do Quilombo
- ARQ: Projeto Semente: Centro Comunitário do Quilombo

ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE ARQUITETURA E URBANISMO – PROJETO SEMENTE

O Projeto de arquitetura apresentado a comunidade seguiu a metodologia coletiva proposta pela pedagogia de Paulo Freire e desenvolveu participativamente com a comunidade o Estudo Preliminar para o Centro Comunitário dos Remanescentes do Quilombo Rio dos Macacos. O Etnomapeamento foi fundamental para entender as relações territoriais e as dinâmicas espaciais dessa comunidade, mantendo a aproximação da arquitetura com a geografia e a cartografia étnica.

“O território é uma condição essencial, porque define o grupo humano que o ocupa, onde estão localizados e porque estão naquele espaço (historicidade). A terra (o terreiro) não significa apenas uma dimensão física, mas antes de tudo um espaço comum, ancestral, de todos que temos registros de história, da experiência pessoal e coletiva do seu povo, uma instância do trabalho concreto e das vivências do passado e do presente.

⁶ A equipe de comunicação e jornalismo da Universidade Federal da Bahia fez a cobertura do evento, a matéria está disponível em <https://www.ufba.br/noticias/primeira-turma-da-resid%C3%A2ncia-aue-entrega-projetos-no-quilombo-riodos-macacos>

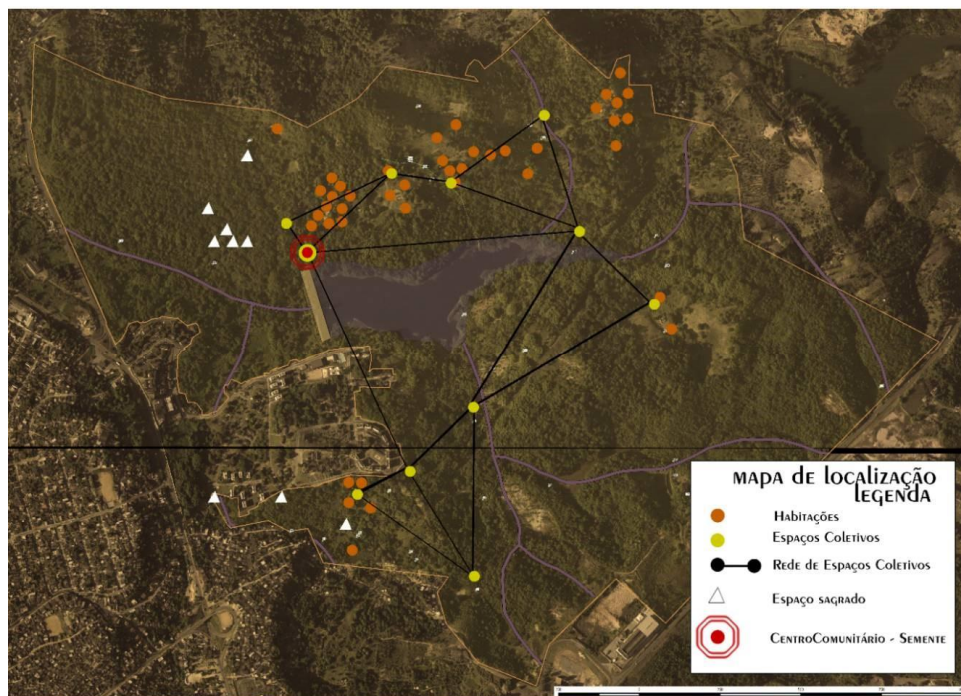


SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

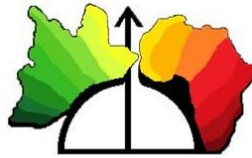
Num quilombo a terra não é pensada e nem praticada como uma propriedade individual, mas como uma instância de uso comum-coletivo, que é o elemento principal da consolidação do território étnico, da manutenção da identidade cultural e da coesão social.” (ANJOS, 2011)

A construção de um espaço verdadeiramente coletivo, acontece de forma espontânea a ser consolidado pelo uso cotidiano da comunidade. Em uma comunidade de hábitos rurais os espaços coletivos podem acontecer em torno das atividades produtivas como a construção da casa de farinha, os locais de pesca, hortas coletivas, etc. Portanto a definição do objetivo do projeto arquitetônico, sua função e localização foi o foco dos debates iniciais da comunidade, tendo em vista a premissa da garantia da propriedade da terra.



Mapa 6 - Mapa de Localização do Centro Comunitário
Fonte: OLIVIERA, 2014

a escolha de um centro comunitário foi definida em conjunto com a comunidade, sendo importante entender as relações espaciais desejadas no território. Para isso a localização do equipamento coletivo proposto integra uma rede de espaços coletivos já existentes, de forma a contribuir na união e coesão territorial. Reforçando a



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

necessidade de que se construam diversos outros espaços coletivos para fortalecer a reconstrução da vida comunitária da comunidade.

A intenção é de que o equipamento reforce a ocupação da terra e desempenhe um papel articulador da organização comunitária a partir dos 04 eixos identificados no trabalho coletivo como diretrizes para o desenvolvimento sustentável da comunidade: a) Gestão; b) Educação; c) Produção e Geração de renda; d) Cultura e Esporte Coletivo



Figura 7 - Diagrama Eixos de Organização Comunitária
Fonte: OLIVEIRA, 2014

Com esse objetivo foram realizadas diversas oficinas para o desenvolvimento do projeto arquitetônico participativo: levantamento do programa de necessidades, usos mais urgentes e prioritários para a comunidade, comparativo de escalas, compreensão do projeto e dimensionamento em m², uso cotidiano, avaliação de custo e viabilidade de execução - todas baseadas nas metodologias participativas de roda de conversa, jogos, oficina de maquete, etc.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO



Figuras 8 a 10: Fotos das Oficinas realizadas no Quilombo Rio dos Macacos
Fonte: OLIVEIRA, 2014

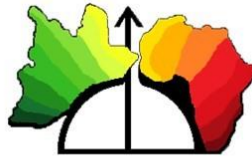
Dessa forma os usos e atividades a serem desenvolvidas foram agrupados nos quatro eixos de organização comunitária:

O **módulo 01, Gestão**, em vermelho, abriga a sede da associação comunitária, secretaria e depósito. Local para encontros com as diversas assessorias e parceiros, reuniões e atendimento médico (agentes de saúde).

O **módulo 02, Educação**, em amarelo, abriga uma grande sala de aula, multiuso, atendendo às crianças, em diversos turnos, a adultos em turmas profissionalizantes, inclusão digital e troca de experiências.

O **módulo 03, Produção e Economia**, em azul, possui uma cozinha comunitária, apoio para a produção agrícola e para o beneficiamento das matérias primas (doces, polpas, etc.). Este módulo é um apoio às demais estruturas, possuindo instalações sanitárias com chuveiro, oferecendo suporte à estadia de visitantes.

O **módulo 04, Uso Coletivo e Cultural**, não constitui uma edificação, mas a configuração de uma praça, roda de capoeira e espaços de convivência e feira ao ar livre.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

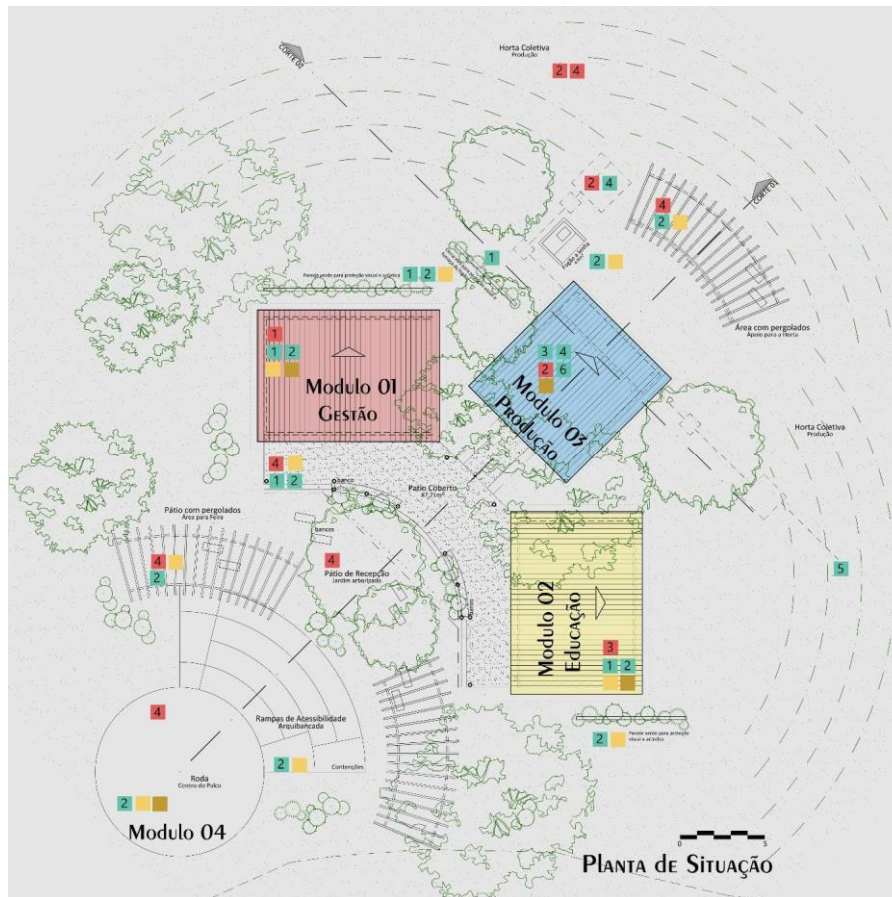
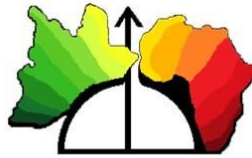


Figura 11: Planta de Situação do Centro Comunitário Fonte: OLIVEIRA, 2014

Acreditamos que o centro comunitário consiste em um espaço em potencial para o fortalecimento da comunidade. Um grande espaço que estimule a troca de saberes e conhecimentos palco para diversas atividades visando multiplicar os saberes coletivos, em diversas áreas (construtiva, produtiva, intelectual). A intenção é que este novo espaço seja uma semente, uma contribuição, na reestruturação espacial (física); política, social e econômica da comunidade, incentivando o seu desenvolvimento, crescimento, manutenção e permanência naquele território.

Como a questão Quilombola está originalmente conectada ao território, a consolidação da sua relação com a terra e a água é elemento fundamental para seu modo de fazer e viver, sendo estas também as bases do Conceito da Semente, que entende a esperança e a busca pela autonomia como uma característica dos quilombos, assim como a construção de raízes no território como sua autoafirmação.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

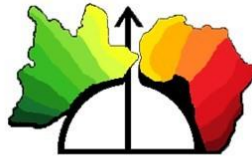
O Projeto Semente – Centro Comunitário dos Remanescentes do Quilombo Rio dos Macacos, possui diretrizes para a criação de um centro integrado, não apenas na construção do objeto arquitetônico em si, mas também das indicações de usos compartilhados que atendam às necessidades mais urgentes da comunidade. Com o intuito de ser não apenas o espaço físico, mas também um ponto simbólico dentro do território, referência de união, autonomia e luta da comunidade. (OLIVEIRA,2014)

O espaço a ser construído é como um texto, um discurso transmissor de mensagens a serem lidas e decifradas, a forma arquitetônica e a intenção do desenho influenciam diretamente nas relações humanas incentivando ou evitando o encontro. Dessa forma, o projeto se desenha como uma condição em potencial para as atividades, se concretizando com o uso real feito pelas pessoas.

Tanto a sua localização como a implantação das edificações na área escolhida buscam um posicionamento estratégico, onde se possa ter uma boa visibilidade do território e contribuir com a organização da segurança e controle de entrada.

A forma circular do Pátio Coberto aberta em uma das quinas, é um convite ao encontro (Espaço Público), um lugar para recepcionar os visitantes da comunidade. A escolha dos Módulos com uma forma arquitetônica simples e implantados de maneira simétrica com núcleo circular e radial busca uma facilidade na sua execução. A definição de volumes construtivos independentes é para que a obra possa ser executada em Etapas, a partir da viabilidade econômica da comunidade.

O projeto aponta dois caminhos a seguir: 1. Materiais de construção convencionais, encontrados no mercado ou 2. Materiais de construção sustentáveis, bioarquitetura, com levantamento das potencialidades de materiais e técnicas tradicionais de autoconstrução existentes no território. Devendo ser da escolha da comunidade os materiais de construção para que se configure verdadeiramente como símbolo de autonomia e resistência no território. Ainda indica que as Fachadas sejam objeto de



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

oficinas específicas com as Mulheres e seu artesanato tradicional e a Juventude Quilombola, para a criação de símbolos de referência atuais, reforçando a identidade e cultura do centro.

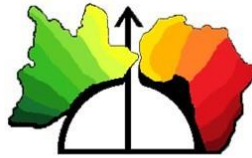
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esses foram os primeiros projetos técnicos da Faculdade de Arquitetura envolvendo Comunidades Quilombolas, ressaltando a importância do papel do arquiteto na assistência técnica em arquitetura e urbanismo para comunidades tradicionais, e em especial quilombolas.

A Assistência Técnica em Arquitetura e Urbanismo - AT AU desenvolvida no Brasil, em geral, está vinculada a universidade, por grupos de pesquisa e extensão, ou vinculada a programas de governos progressistas, que na década de 90 junto com a participação ativa dos movimentos sociais, influenciaram o surgimento de escritórios de assessoria e assistência técnica e que atuavam em parceria com o Estado.

De acordo com Souza (2016), o essencial para que a lei de assistência técnica AU avance é a necessidade de uma regulamentação específica para que haja um sistema de financiamento público para remuneração dos arquitetos e urbanistas, com uma política de caráter permanente. Para isso ela defende que é papel conjunto da universidade, estado e a classe de profissionais, representados no pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU-BR, Instituto dos Arquitetos do Brasil - IAB e Federação Nacional de Arquitetos - FNA, se mobilizar e propor formas de instrumentalização e inserção da Assistência Técnica AU de qualidade, em âmbito urbano e rural.

Grande parte dos relatos de experiências em AT AU são em âmbito urbano, junto aos movimentos por moradia e a requalificação em favelas. Historicamente em zonas rurais a experiência de Assistência Técnica de extensão Rural (ATER) é vinculada a produção agrícola e geração de renda.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

De acordo com a FCP e a Sepromi a Bahia é o Estado que mais possui comunidades quilombolas identificadas, daí a relevância do tema dentro da universidade com o intuito de contribuir na ampliação do conhecimento nessa área.

Essa experiência demonstrou a importância da assistência técnica profissional de arquitetura, e levantou diversas questões com relação a funcionalidade de um projeto para esse público com peculiaridades em seu modo de fazer e viver, e ainda a relação com as técnicas construtivas tradicionais que devem ser incluídas nos territórios étnicos.

O desafio da inserção de um centro comunitário no território quilombola é que apenas a sua construção não garante que este desempenhe o papel desejado nas relações espaciais e no cotidiano das pessoas.

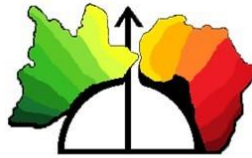
A reconstrução de uma vida coletiva passa pela necessidade de articulação e organização comunitária, fortemente desenvolvido nos últimos anos, através da militância política da comunidade. Dessa forma a edificação em si seria a materialização de um processo de autoafirmação e reconhecimento da identidade étnica dessa comunidade, em andamento.

O Projeto Semente: Centro Comunitário do Quilombo Rio dos Macacos busca não apenas integrar os eixos funcionais de seu conteúdo programático, descritos nesse artigo, mas materializar um símbolo de luta e conquista do Território Quilombola.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **Cartografia e Quilombolos:** territórios étnicos africanos no Brasil. *Africana Studia*, n. 9, p. 337-355, 2006.

CASTRO, Iná Elias de. Território do Estado: Divisão ou fragmentação? Argumentos para um debate necessário. IN: PERTILE. (ORG). **Estado, Território e a Dinâmica das Fronteiras:** Reflexões e Novos Desafios. Salvador: JM Gráfica e Editora LTDA, 2013. p. 33-52.



SALVADOR E SUAS CORES 2017

ARQUITETURAS AFRO-BRASILEIRAS - UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

GEOGRAFAR. Geografia dos Assentamentos na Área Rural. **Relatório Técnico n.01/2012**. Salvador, 2012. Relatório.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo, SP: Hucitec, 1978. 236p. (Geografia, teoria e realidade)

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

EPPIR. **Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana 2013-2015**. 2013.

CORDEIRO, Paula R. **Diretrizes produtivas da Comunidade Quilombola de Rio dos Macacos**. 2014. 43f. Monografia (Especialização) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

OLIVEIRA, Luana Figueiredo de Carvalho. **Projeto Semente: Centro Comunitário do Quilombo Rio dos Macacos**. 2014. 74f. Monografia (Especialização) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014

BORGES Amadja Henriques, CERQUEIRA Maria cândida Teixeira, MARILAINE Cecília.

Experiência em assistência técnica para habitats de reforma agrária: universidade, estado e Movimento social. In:IV ENANPARQ - Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e PósGraduação em Arquitetura e Urbanismo ,Porto Alegre, 2016.

SOUZA, Angela Maria Gordilho. **Moradia digna e assistência técnica: como os estudos, Pesquisas e projetos de arquitetura e urbanismo Estão avançando?** In:IV ENANPARQ - Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo ,Porto Alegre, 2016.